

EXPLOÇÃO NA DEIC. Moradores e comerciantes seguem no prejuízo

Inquérito deve ser prorrogado

MARCOS RODRIGUES
REPÓRTER

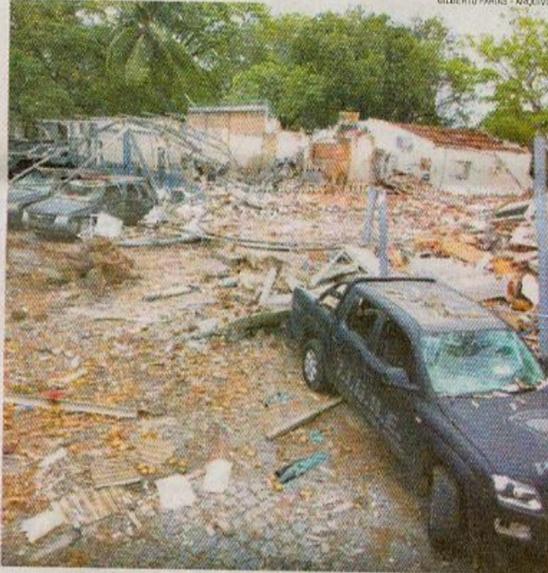
Enquanto a polícia ainda não concluiu o inquérito envolvendo a explosão da sede da Divisão Especial de Investigação e Capturas (Deic), moradores e comerciantes seguem esperando pelo ressarcimento dos prejuízos.

Muitos, a exemplo do Colégio e Curso Pontual, por causa da demora, fizeram os reparos por conta própria. O mesmo também aconteceu com moradores, mas a grande maioria ainda espera uma solução por parte do governo do Estado.

Um exemplo é o artista plástico Jânison Andrade, que teve seu atelier destruído, assim como algumas obras danificadas. Seus prejuízos, estimados em R\$ 10 mil, nunca foram reparados. Sem poder parar de trabalhar, ele reabriu o espaço próximo ao local da tragédia, mas lamenta os transtornos.

INQUÉRITO

Quanto ao inquérito, ele se encontra no Ministério Público Estadual (MPE). A explosão ocorreu no dia 20 de dezembro e vitimou fatalmente a policial civil Amélia Dantas, além de deixar quatro policiais feridos.



GILBERTO FARIAS - ARQUIVO DA

Explosão que destruiu sede da Deic e danificou prédios da região ocorreu no dia 20 de dezembro e as investigações ainda prosseguem

Segundo o delegado Robervaldo Davino, as investigações não estão paradas. "Estamos realizando novas diligências, entre elas a solicitação da posição de químicos e físicos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal)", revelou Davino.

Ele disse ainda que, além das oitivas, o laudo da Polícia Federal só deve ser concluído em março. De acordo com as últimas informações, os peritos re-

meteram algumas amostras ao Instituto Nacional de Criminalística. Lá estão sendo realizados levantamentos residuográficos que irão ajudar na confecção do relatório final.

"Já tomamos alguns depoimentos e outras pessoas também devem ser ouvidas. Por causa de todas estas situações, nós encaminhamos o que tínhamos ao MPE, mas já solicitando a prorrogação do prazo", garantiu Robervaldo.

MINISTÉRIO PÚBLICO

No Ministério Público Estadual, a **Gazeta** apurou que o caso está sendo analisado, porém, ainda não há uma definição de quanto tempo será concedido para a prorrogação do inquérito.

Os promotores acompanham todo o procedimento, mas preferem não se pronunciar sobre os levantamentos preliminares, por causa da complexidade das investigações.